

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 109.552 - SP (2019/0072482-0)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : G D G (PRESO)  
**ADVOGADOS** : CRISTINA PRAMPERO MUNHATO E OUTRO(S) - SP073689  
DANIEL MUNHATO NETO - SP092092  
DANIEL ANTONIO MUNHATO - SP301265  
MESSENIA CRISTINA MUNHATO - SP250503  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por G. D. G. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2221321-49.2018.8.26.0000).

Consta dos autos ter sido o paciente denunciado e preso cautelarmente, "como incurso no artigo 159, § 1.º do CP; artigo 158, § 1.º c.c. artigo 29, 'caput', ambos do CP; artigo 158, § 1.º do CP; c.c. artigo 61, inciso II, alínea 'c', do CP; artigo 1.º, 'caput' e § 4.º da Lei n.º 9.613/98 c.c. artigo 29, 'caput' e artigo 71, 'caput', ambos do CP; artigo 1.º, 'caput' e § 4.º da Lei n.º 9.613/98 c.c. artigo 29, 'caput' e artigo 71, 'caput', ambos do CP; artigo 2.º, § 2.º e § 4.º, inciso II da Lei n.º 12.850/13; todos na forma do artigo 69, 'caput', do CP" (e-STJ fl. 111).

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a soltura do paciente, a ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 299):

*HABEAS CORPUS* - Excesso de prazo na formação da culpa - Inocorrência - Informações da autoridade tida como coatora - Feito em regular andamento - Juízo a quo tomou todas as providências cabíveis, não havendo desídia - Processo dentro do prazo de razoabilidade - Inexistência de constrangimento ilegal - Soma dos crimes que é superior a 04 anos - Hipótese do inciso I, do artigo 313, do CPP - Presentes os requisitos ensejadores da prisão - Necessidade da manutenção da ordem pública - Impossibilidade de aplicação de quaisquer das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal - Ordem denegada.

No presente *writ*, sustenta a defesa existir excesso de prazo para a formação da culpa, uma vez que, a despeito de o paciente estar preso desde 27/7/2017, até os dias atuais a instrução processual não se encerrou, asseverando que a delonga

# Superior Tribunal de Justiça

relatada não foi ocasionada pela defesa.

Aduz que militam em favor do recorrente condições pessoais favoráveis

Busca, inclusive liminarmente, a expedição de alvará de soltura em seu favor.

O pedido liminar foi por mim indeferido (e-STJ fls. 383/385).

Informações prestadas (e-STJ fls. 391/406, 410/585 e 595/772).

Parecer ministerial pelo desprovimento do recurso.

É, em síntese, o relatório.

Conforme informações extraídas do sítio eletrônico do Tribunal de origem, foi prolatada sentença em 7/10/2019, nos autos da Ação Penal n. 0025641-18.2017.8.26.0576, objeto do presente recurso, para condenar o recorrente à pena de 18 anos e 8 meses de reclusão pela prática do delito previsto no art. 158, §§1º e 3º, c/c o art. 61, II, alínea 'c', do Código Penal, e no art. 158, §1º, c.c. art. 61, II, alínea 'c', do Código Penal, na forma do art. 71, parágrafo único, do mesmo diploma legal; bem como à pena de 3 anos e 6 meses de reclusão pela prática do delito previsto no art. 1º, *caput*, da Lei n. 9.613/1998, na forma do art. 69, *caput*, do Código Penal. Foi ainda declarada a perda de seu cargo público de investigador de polícia como efeito específico da condenação, com fundamento no art. 92, I, alínea 'b', do Código Penal. Por outro lado, o recorrente foi absolvido em relação ao crime previsto no art. 158, § 1º, c/c o art. 61, II, alínea 'c', do Código Penal (conduta praticada no dia 14/7/17), com fundamento no art. 386, III, do Código de Processo Penal, bem como pelo delito previsto no art. 2º, §§ 2º e 4º, II, da Lei n. 12.850/2013, nesse caso com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal. Foi fixado o regime fechado para início de cumprimento de pena, bem como negado o direito de recorrer em liberdade.

Dessarte, é patente que o presente recurso, no qual se alega excesso de prazo para a formação da culpa, está prejudicado dada a superveniência da sentença.

Ante o exposto, **julgo prejudicado o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

